



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Conselho Estadual de Meio Ambiente
ATA DA 66ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSEMA
São Luís, MA, 19 de setembro de 2024

1. Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, foi aberta a 66ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – que ocorreu de forma híbrida, no Salão Nobre da FIEMA e através do link: bit.ly/3Z3uAxK.
2. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros do CONSEMA:
 - I. **ANA CRISTINA CARDOSO DOS SANTOS FONTOURA** - Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Maranhão e do Pará - SINDICANALCOOL, titular;
 - II. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, suplente;
 - III. **CASSIANO RICARDO CORDEIRO BASTOS** - Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte, suplente;
 - IV. **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA** – Associação dos Apicultores e Fruticultores de Governador Nunes Freire - FRUTAMEL, suplente;
 - V. **FERNANDO BERGMANN** – Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária - SAGRIMA, suplente;
 - VI. **FRANCISCO BEOLANDIO DOS SANTOS SILVA** – Procuradoria Geral do Estado do Maranhão – PGE, titular;
 - VII. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** - Centro de Defesa e Promoção e Cidadania, titular;
 - VIII. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** – Instituto Nacional de Políticas Públicas – INPP, suplente;
 - IX. **GEORGE LUCAS RIBEIROS DOS REIS MAIA** – SERRACAL Corretivos Agrícolas LTDA, titular;
 - X. **HUMBERTO DIAS SOARES FILHO** - Suzano S.A, titular;
 - XI. **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR** - Centro de Trabalho indigenista - CTI, titular;
 - XII. **JONATAN SILVA COUTINHO** – Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão - CBMMA, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- XIII. **JONILSON DO NASCIMENTO AMARANTE** – Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – FETAEMA, titular;
- XIV. **LUIZ HENRIQUE FONTENELLE GRAÇA** - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Luís - SINDIMETAL, titular;
- XV. **LUZENICE MACEDO MARTINS** – Assembleia Legislativa do Maranhão – ALEMA, suplente;
- XVI. **MARIA ELIANA ALVES LIMA** - Secretária de Estado da Educação - SEDUC, suplente;
- XVII. **MORGANA MEIRELLYS QUEIROZ FERNANDES** – Associação Justiça dos Trilhos, titular;
- XVIII. **RAFAELA MARIA SERRA DE BRITO** – AIR SEMEAR Consultancy Eireli, suplente;
- XIX. **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE** – Movimento Arariba, titular;
- XX. **REINALDO PEREIRA DA SILVA** - Instituto Ecológico Martim Pescador - IEMP, suplente;
- XXI. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** - Sociedade Maranhense de Defesa e Moradia Digna, suplente;
- XXII. **SAMAYCON GONÇALVES DA SILVA** - Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte – FAPCEN, suplente;
- XXIII. **SUELY GONÇALVES DA CONCEIÇÃO** - Fundação de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, suplente;
- XXIV. **THIAGO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA** - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, titular;
- XXV. **VITOR HUGO SOUZA MORAES** - Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, titular;
- XXVI. **VIVIANE VAZZI PEDRO** – Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, titular;
- XXVII. **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI** – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA, titular.

3. Lista de Participantes:

- I. ANNA CAROLYNE CARDOSOSO – SEMA;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- II. GABRIEL SILVA DOS SANTOS - SEMA;
 - III. HADINA BIANCA CUTRIM SILVA – CONSELHOS/SEMA;
 - IV. JULIANA AROUCHE – ASCOM/SEMA;
 - V. LENNISE MARIA PASSOS PORTELA – CONSELHOS/SEMA;
 - VI. LUISA HELENA WAQUIM MOREIRA - CONSELHOS/SEMA;
 - VII. MARCIA CRISTINA E. DE ALMEIDA- ISPN;
 - VIII. MARIA ANTONIA OLIVEIRA CHAVES – CONSELHOS/SEMA.
4. Justificaram ausência:
- I. **ANDRÉA ARAÚJO DO CARMO** - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, titular;
 - II. **EDIVALDO MOREIRA GAVIÃO** - Associação Wyty - Cati das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins, titular;
 - III. **ELAINE AMORIM CARVALHO** - Associação Comunitária ITAQUI-BACANGA, suplente;
 - IV. **JOSÉ RAMIRO ESTEVES RAMOS** - ENEVA S.A, titular.
5. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, abriu a reunião, deu boas-vindas aos conselheiros, iniciou agradecendo a presença de todos e em sequência, seguindo a pauta, passou para a aprovação da Ata da 25ª Reunião Extraordinária do CONSEMA.
6. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, perguntou se existia alguma manifestação sobre a ata, correção ou apontamentos a serem feitos. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade.
7. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, em seguimento a pauta, perguntou se existiam pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria ou requerimentos de urgência escritos ou verbais.
8. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, solicitou uma inversão na ordem da pauta, trazendo para o início o 7º item da pauta - Assuntos de interesse geral. Ele explicou que gostaria de falar sobre dois ou três informes importantes.
9. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, solicitou se possível que seguisse para a apresentação das ações de educação ambiental, pois houve o compromisso de apresentar às 14:00. Pediu para que esse pedido fosse considerando, pois a mesma tinha outras reuniões.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

10. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, deu a sugestão de iniciar a apresentação e logo em seguida passar para assuntos de interesses gerais. Todos os conselheiros aprovaram. Sem inserções de novas pautas, ficou decidido que a apresentação das ações de educação ambiental implementadas pela SEDUC, conduzida pelas professoras Viviane Vazzi Pedro e Maria Eliana Alves Lima, continuará conforme foi previsto. Logo em seguida, passará aos assuntos gerais, conforme acordado por todos, e que após isso, fosse seguido a pauta normalmente.
11. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, iniciou sua apresentação explicando que considerando a importância do tema decidiu trazer à discussão como está sendo estruturada a implementação das ações de educação ambiental entre os anos de 2023 e 2024. Informou que esta pauta foi solicitada com o intuito de apresentar um relatório sobre o tema, uma vez que há particularidades que são de grande interesse para todos os conselhos envolvidos. Continuou falando que, dentre as questões tratadas com frequência nas reuniões, destaca-se a educação ambiental e a necessidade de sua transversalidade. Informou que essa necessidade foi inclusive incorporada como uma prioridade no plano Maranhão 2050, com especial atenção ao programa aprovado no Estado, o qual, até o momento, é único no Brasil. Continuou explicando que se trata de um programa de educação ambiental voltado tanto para o ambiente formal quanto para o não formal, especialmente nas escolas. Explanou que dada sua relevância, é importante que todos compreendam como esse programa foi estruturado e onde ainda se precisa avançar, sobretudo no que tange à transversalidade. Elencou que na última reunião, foi solicitado que houvesse uma unificação entre algumas reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), do Conselho de Gestão de Recursos Hídricos e da CIEA- Colegiado Interinstitucional de Educação Ambiental. Explicou que no Maranhão, assim como em outros estados brasileiros, existe uma política de educação ambiental. Ressaltou que esse fato merece ser destacado, pois há reivindicações sobre a gestão desse sistema que ainda precisam ser debatidas. Para que o sistema funcione plenamente, é necessária uma boa gestão e atualmente já existe um orçamento definido, que será divulgado publicamente. Contudo, é imprescindível que haja uma Secretaria específica, bem como uma estrutura de governança adequada, com um secretariado para seu principal colegiado, que é a CIEA. Neste contexto, expos que foi a partir do trabalho da Eliane, onde ela ajudou a estruturar, e que também faz parte do CONSEMA, que se pode apresentar um panorama de como foi pensado o planejamento e de como estão programadas as ações de educação ambiental para os próximos quatro anos. Continuou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

dizendo que considerando alguns marcos importantes, se tem uma lei que estabelece a política e o sistema de educação ambiental, um decreto que os regulamenta e outro que cria a CIEA. Além disso, se possui um plano estadual de educação ambiental, concebido de forma participativa. Dentro deste plano, duas ações foram destacadas como prioritárias e incluídas no Plano Plurianual (PPA), que, é o principal instrumento de planejamento orçamentário do Estado. Essas ações prioritárias incluem a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, com o objetivo de fomentar o protagonismo estudantil no contexto da educação ambiental e assegurar que as escolas disponham de tempo e espaço para implementar essas atividades de forma ativa. Mais adiante se abordou como funciona a COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, expôs que inicialmente era um projeto, onde se tornou um programa consolidado. Disse que, essa articulação é coordenada pela sua equipe para atender todas as escolas da rede, abrangendo todos os níveis e modalidades, com especial foco nas modalidades educacionais, como o ensino médio, educação escolar indígena, quilombola, especial e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também falou que se está iniciando um diálogo formativo com os municípios, em especial com as Secretarias Municipais de Educação (SEMED) e os articuladores de educação ambiental, visando a efetividade do sistema de educação ambiental, que inclui a participação municipal e a interação com outros conselhos e colegiados relacionados à temática socioambiental. Neste esforço, se busca aprovar o Plano Plurianual (PPA) como um programa prioritário no contexto do Maranhão 2050. Ressaltou que, a conselheira Eliane tem sido uma importante articuladora nesse processo, e a priorização da educação ambiental já é uma realidade dentro do plano Maranhão 2050. Explicou que foi por esse motivo que se solicitou este tempo no CONSEMA para discutir o planejamento. Continuou falando que internamente, na Secretaria de Educação (SEDUC), se organiza as ações de educação ambiental, articulando pessoas que já trabalhavam com o tema em outras supervisões e superintendências. No âmbito intersetorial, esse planejamento envolve colegiados, setores e a sociedade civil. O Núcleo de Educação Ambiental foi criado e agora se tem uma coordenação específica para o tema. Além disso, se conta com 20 Unidades Regionais de Educação (UREs), cada uma com um técnico responsável por apoiar as escolas nas ações de educação ambiental. Destacou que no primeiro semestre, o programa COM-VIDA estava em pleno funcionamento, com conferências de meio ambiente realizadas nas escolas até o mês de junho. Ao todo, haviam 933 turmas da rede estadual que elaboraram planos de ação voltados à educação ambiental. Destacou que o envolvimento foi significativo, com 8 unidades setoriais da SEDUC participando diretamente da formulação desses



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

programas. Se expos que atualmente, o COM-VIDA está institucionalizado em toda a rede, e se está em processo de monitoramento para garantir que funcione plenamente, com apoio da sociedade civil e a participação ativa da comunidade escolar. Ressaltou que para a continuidade desse trabalho, será necessário um apoio incremental, visando a absorção de mais professores que possam assumir a responsabilidade de articular o protagonismo estudantil no âmbito do COM-VIDA. A participação foi expressiva, a conselheira demonstrou em dados falando que, existia 8 unidades setoriais envolvidas, 1.235 pessoas participantes do planejamento, onde 933 turmas realizaram planos de ação de educação ambiental, e se contou com 1.160 articuladores de educação ambiental indicados pelos gestores escolares para acompanhar essas ações transformadoras. Ao todo, 221 escolas da rede parcial regular estão envolvidas no programa. Esses dados referem-se até junho, mas ressaltou que desde então, o número de participantes cresceu significativamente, incluindo toda a rede integral dos Centros Educa Mais, que passaram a se engajar no programa. Disse que atualmente, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida ocupam um papel central nos Centros Educa Mais, promovendo projetos e ações ligadas à cidadania socioambiental e ao protagonismo estudantil. Em sequência mostrou rapidamente registros fotográficos e dados que demonstram o planejamento elaborado junto à SEDUC e à Secretaria de Planejamento para o PPA. Ressaltou que este é o primeiro plano do Brasil a ser aprovado em resposta a uma demanda dos educadores ambientais, que remonta aos anos 2000. Expos que no Maranhão, já se alcançou o reconhecimento por esse esforço. O encontro presencial da assessoria ao qual a conselheira integra tem articulado ações relacionadas aos eixos prioritários da Secretaria. Onde ela destacou que se realiza reuniões de planejamento para a implantação do COM-VIDA, envolvendo técnicos do Núcleo de Educação Ambiental e da Escola Ambiental, gerida pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que é um importante espaço de apoio à formação em educação ambiental. Em seguida, mencionou também o Maranhão 2050, que alçou a educação ambiental à condição de prioridade e as conferências infantojuvenis pelo meio ambiente, que já envolvem as escolas do ensino fundamental, além das iniciativas de hortas escolares. Mencionou que a Eliana será convidada a complementar a apresentação, pois ela faz parte da equipe e foi designada pela SEDUC para articular ações com a Escola Ambiental. Disse também que ela tem desempenhado um papel importante nesse processo e tem ações concretas para apresentar. O relatório que está sendo preparado mostrará as ações de planejamento estruturantes realizadas entre 2022 e 2023. Complementou dizendo que a educação ambiental foi tratada de forma integrada, não apenas como eventos ou palestras externas, mas como



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

ações estruturantes para garantir um sistema funcional com recursos. Foram realizadas reuniões técnicas para a preparação da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, e já se conta com municípios articulados para a realização dessas conferências, que ocorrerão em todas as escolas dos anos finais do ensino fundamental até junho do ano que vem. É importante destacar que membros do CONSEMA poderão ser procurados para realizar palestras e apoiar essas conferências. Além disso, ela disse que terá editais lançados com recursos previstos para os próximos quatro anos, no valor de R\$ 5 milhões, destinados a apoiar as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. Continuou a sua apresentação falando que O PPA está estruturado em eixos principais: sendo eles: formação, apoio às escolas sustentáveis e ações transformadoras, como a implementação de hortas pedagógicas, reformas escolares, campanhas de educação ambiental com foco em educomunicação e o fortalecimento do COM-VIDA. Outro eixo envolve a articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE para a obtenção de recursos federais visando a criação de escolas sustentáveis, abrangendo não apenas a gestão curricular, mas também a estrutura física das escolas, promovendo economia de energia e gestão ambiental eficiente. Além disso, se tem uma parceria com a Escola de Governo do Maranhão, oferecendo formações para professores, com cursos de 40 horas cada, disponíveis na plataforma EGMA, abertos tanto para servidores da rede estadual quanto municipal. Ressaltou que já contamos com cerca de 1.700 professores certificados, e essas formações continuam disponíveis. Em seguida, expos que está trabalhando em parceria com a SEMA para incluir o tema da justiça climática na Conferência Infantojuvenil, com o objetivo de levar essa discussão para escolas indígenas, quilombolas e outras comunidades vulneráveis. Explicou que a partir das escolas, o tema da justiça climática será abordado de maneira abrangente. Assim, será divulgado para todos, e o apoio do CONSEMA será fundamental para replicar essa informação aos professores e professoras. Continuou falando que isso inclui tanto profissionais da rede estadual quanto outros servidores, que poderão acessar as formações por meio do canal da Escola de Governo do Maranhão (EGMA). Disse que recentemente houve o evento VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que contou com a presença de representantes do MEC e do Ministério do Meio Ambiente, onde foram realizadas oficinas para estruturar o passo a passo do projeto. Disse que, parcerias institucionais, como a CIEA e a SEMA, estão sendo fortalecidas, uma vez que a SEMA é o órgão gestor desse sistema. Falou que, um avanço importante está sendo feito na construção de indicadores e no monitoramento de dados sobre educação ambiental, um aspecto que ainda não está devidamente estabelecido. Explicou que por isso, o apoio do CONSEMA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

será essencial para o sucesso desse processo. Ressaltou que os deputados não incluíram a educação ambiental da forma necessária no Plano Nacional de Educação, o que destaca a necessidade de um monitoramento eficaz e de indicadores que promovam equidade nas ações. Disse que é fundamental estabelecer políticas e controle social para avaliar quem está recebendo recursos e garantir que as ações, como a coleta e reciclagem de resíduos sólidos nas escolas, sejam devidamente tratadas e utilizadas. Ressaltou que, a parceria entre a SEMA e a SEDUC tem sido essencial nesse contexto, promovendo ações como a educomunicação, que visa a reapropriação crítica das mídias pelos estudantes, permitindo que eles falem sobre questões ambientais, identitárias e locais. Disse que as escolas estão se tornando células de pesquisa e construção de conhecimento dentro do território. Relembrou que uma proposta importante discutida no último encontro do CONSEMA é a criação de um mapa que permita aos professores identificar bacias hidrográficas, biomas e comunidades reconhecidas ou em luta por reconhecimento nas áreas onde as escolas estão localizadas. Destacou que esse feito ajudaria a fortalecer uma base de dados que poderia ser utilizada para pesquisa e monitoramento de risco em tempos de emergência climática. Além disso, a conferência infanto-juvenil foi uma oportunidade para refletir sobre redes de apoio e contato em situações de emergência. Disse que é necessário unificar um sistema de informação acessível para professores e estudantes, e destacou que quem tiver interesse em contribuir com essa construção deve entrar em contato com a coordenação ou a CIEA para aprofundar a discussão sobre esses temas. Demonstrou por fotos também os encontros da CIEA, as ações nacionais, seminários de preparação da conferência e outras iniciativas foram discutidos. Disse que a educomunicação também foi tratada como um eixo de trabalho. Dessa forma, buscou-se uma educação em que a escola assumisse a responsabilidade por formar cidadãos conscientes, incentivando os estudantes a se apropriarem criticamente das mídias. Assim, temas ambientais, locais e identitários poderiam ser abordados diretamente pelos próprios alunos. Ela também mencionou que as comunidades envolvidas se tornavam células de pesquisa. Explicou que a transformação ocorria por meio de ações que construam conhecimento dentro do território. Foi reforçada uma proposta feita anteriormente durante o último encontro do CONSEMA, ressaltando que os professores necessitavam de dados fornecidos pelas instituições presentes. Ela citou a título de exemplo a demanda dos professores por informações sobre as bacias hidrográficas, o bioma local, as comunidades indígenas e quilombolas reconhecidas ou em luta por reconhecimento, além dos impactos socioambientais e empreendimento da região. Enfatizou que a importância de fortalecer e criar uma base de dados. Disse que essa



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

proposta foi apresentada pela CIEA, que solicitou a colaboração de todos. Explicou que a ideia era que, com um sistema de educação ambiental em funcionamento, os atores locais pudessem realizar pesquisas e produzir conhecimento, dialogando com o território. Disse que a necessidade de reunir esses dados era ainda mais urgente em tempos de emergência climática, considerando o potencial das escolas para auxiliar no monitoramento de riscos. Destacou que a conferência infantojuvenil contribuiu para refletir sobre a criação de redes de apoio, refúgio e contatos, além de identificar os órgãos a serem acionados em casos de emergência. Ressaltou que, a unificação de um sistema de informação foi apontada como fundamental para que professores, estudantes e comunidades tivessem acesso a esses dados. Disse que a coordenação do CIEA foi colocada à disposição para aprofundar a construção desse sistema de educação ambiental, com vistas à regulamentação de dispositivos que poderiam direcionar recursos para a educação formal e não formal. Ao fim, ela reiterou a necessidade de regulamentar certos dispositivos legais que já previam tais iniciativas, destacando-se a importância de discutir e aprofundar esses temas sempre que necessário. Finalizou a apresentação e agradeceu a todos.

12. Com a palavra, conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, iniciou falando que a apresentação do relatório, feita pela conselheira Viviane foi de forma dinâmica, pois se tratava de um documento extenso, ao qual foi resumido para atender ao tempo disponível, devido à longa pauta do conselho. Apesar disso, ela mencionou que o relatório completo seria disponibilizado no grupo do CONSEMA. Enfatizou que, a conferência infantojuvenil foi aberta para todos os municípios, com o objetivo de promover a participação ativa de todos. Além disso, ela disse que foi apresentado a capa do fascículo "Convida", publicado pela SEDUC e que está amplamente divulgado nas redes sociais e na internet. O segundo fascículo, específico para a rede de educação integral, também foi mencionado, tendo sido publicado no meio do ano, com a coordenação da educação ambiental. Destacou a realização de um curso sobre educação ambiental pela professora Viviane e um outro curso ministrado sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Explicou que esses cursos estavam disponíveis na plataforma da EGMA, com a proposta de serem replicados no formato EAD, para alcançar um público maior. Informou que a SEDUC aprovou um projeto no edital de chamada 8 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPQ de 2024, visando a participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O projeto, denominado "Primeiro Circuito Estadual de Ciência e Tecnologia", abordava o tema "Biomassas do Brasil: Diversidade, Saberes e Tecnologias Sociais" e seria implementado em 18 municípios de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

menor IDH do Maranhão, estendendo-se para 24 escolas. Continuou sua explicação falando que, um dos critérios do projeto era que as ações fossem realizadas prioritariamente nos municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), onde essas iniciativas raramente chegavam. Disse que, o edital do CNPQ possibilitou que a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia ocorresse em municípios menores, que normalmente não recebiam esse tipo de ação. As atividades seriam amplamente divulgadas pela SEDUC e realizadas com o apoio de técnicos focais e equipes regionais, que trabalhariam em colaboração para garantir a execução eficiente do projeto. Continuou falando que a SEDUC também estava envolvida em uma ação em parceria com a SEMA, voltada para a formação dos municípios na elaboração de seus Planos Municipais de Educação Ambiental. Disse que a equipe, composta por membros da SEDUC, participava ativamente dessa iniciativa liderada pela SEMA, com muitas outras ações previstas para o futuro. Reforçou a importância da participação do Conselho Estadual de Meio ambiental- CONSEMA sendo parte integrante desse processo. Disse também que todos os registros das atividades de educação ambiental realizadas nas escolas, incluindo os fascículos e as legislações pertinentes, estavam disponíveis no linktr.ee SEDUC, onde será posteriormente divulgado no grupo do CONSEMA para garantir o acesso a todos. Reforçou o convite à colaboração e participação de todos nas próximas ações, salientando a importância do uso do sistema de educação ambiental para o fortalecimento da rede de ensino e da formação ambiental. A conselheira se disponibilizou junto com a professora Viviane Vazzi Pedro, a professora Áurea e o professor Luiz, para serem representantes da SEDUC em uma ação liderada pela SEMA, com diversas outras iniciativas previstas para o futuro. Essas ações levam em consideração o cenário atual, as necessidades e as demandas da rede de ensino. Se colocaram à disposição para qualquer contato, dúvidas ou sugestões que possam surgir.

13. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, destacou para todos os presentes a importância do CONSEMA como parte integrante do Sistema Estadual de Educação Ambiental, incentivando o uso desse sistema para fortalecer a consolidação das políticas e ações ambientais na rede de ensino.
14. Com a palavra, conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, iniciou com um questionamento para a conselheira Viviane Vazzi Pedro, sendo esse, a verificação de conexão entre a política de educação ambiental da SEDUC e os comitês de bacias hidrográficas do Maranhão. Perguntou se existe alguma articulação nesse sentido. Disse que ele participou de um encontro em São José de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Ribamar representando o Instituto Ecológico Martim Pescador – IEMP, onde achou bastante interessante, mas acredita que seria importante ampliar essa conexão com os comitês de bacias hidrográficas.

15. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, respondeu ao questionamento feito falando que tem sim. Na terceira formação de 40 horas, o tema escolhido foi a água, e se realizou essa formação com conselheiros, incluindo a participação do CONERH e da SEMA. A intenção era que professores e professoras pudessem compreender mais sobre os comitês de bacia e as políticas relacionadas, além de como abordar esses temas nas escolas. Disse que foi uma iniciativa muito produtiva, como mencionado, uma das diretrizes nacionais é que a educação ambiental deve trabalhar em aliança com a gestão das águas, pois esse é um tema prioritário, juntamente com a questão climática. Desde então, essa formação tem sido realizada, permitindo que se análise quais comitês foram criados, quem são os atores locais e quais são as bacias envolvidas. A CIEA tem se colocado constantemente à disposição, inclusive através da participação de conselheiros que estão atuando no comitê de gestão das águas. Ressaltou que, no entanto, uma questão importante é a ausência de uma representação formal da educação ambiental no CONERH, o que faz falta. Afirmou que seria relevante que a educação ambiental, tanto da SEDUC quanto da SEMA, tivesse um assento oficial nesse comitê para contribuir de maneira mais efetiva com a política de gestão das águas. Por enquanto, a SEMA conta com uma Superintendência de Educação Ambiental, mas ela ressalta à necessidade de uma participação mais direta da educação ambiental dentro de todas as políticas de forma transversal.
16. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, questionou se haviam mais manifestações a serem feitas, e se sim, quais seriam os conselheiros que gostariam da palavra.
17. Com a palavra, conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, iniciou saudando a todos, ele mencionou que gostaria de destacar alguns pontos. Disse primeiramente que, é importante reconhecer o bom trabalho que a nova gestão da SEMA tem feito. Muitas políticas estão sendo implementadas, e essa gestão tem se destacado, com grande disposição para tratar de questões essenciais. Ressaltou, no entanto que, há questões que já vêm sendo levantadas há algum tempo. Uma delas é a criação da Secretaria Executiva da CIEA. Disse que já houve tentativas anteriores, e gostaria de sugerir que esse conselho encaminhe uma proposta ao secretário Pedro Chagas para que auxilie com essa demanda. Afirmou que a superintendência de educação ambiental precisa ocupar um espaço de maior relevância dentro da Secretaria, considerando a importância da política



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

transversal que essa área desempenha em todo o estado do Maranhão. Pediu que essa demanda seja concluída durante a gestão do presidente, para que se possa não apenas aplaudi-lo, mas também continuar apoiando sua gestão com ainda mais vigor. Outro ponto que ele trouxe foi sobre a Escola Ambiental. Disse que ela foi reativada, mas ainda não se teve a oportunidade de conhecer seu planejamento e cronograma para este ano. Ele disse que seria interessante trazer um representante da Escola Ambiental para apresentar suas atividades e programas, propôs como encaminhamento de pauta, a apresentação da sua programação. Além disso, relembrou que no dia anterior foi discutido o Plano de Controle de Desmatamento e Queimadas (PCDQ). Ele afirmou que acredita que seria importante apresentar esse plano em uma reunião interconselhos, com a participação de outros órgãos, como a CIEA, registrou que foi outro encaminhamento de pauta, explicou que esse encaminhamento é para que se possa discutir a política de forma mais transversal e colaborar para seu sucesso. Parabenizou a equipe pela dedicação, ressaltando que mesmo com uma equipe reduzida trouxe ótimos resultados, disse ainda que parece ser uma constante em muitas gestões, onde há muitos profissionais capacitados que poderiam ser chamados para fortalecer ainda mais o trabalho realizado, mas, que não são. Por fim, disse que a iniciativa dos Planos Municipais de Educação Ambiental é muito importante, e que ele tem acompanhado de perto o progresso em alguns municípios. Finalizou dizendo que o mesmo está à disposição para colaborar, apoiar e divulgar as ações e implementações que forem possíveis dentro de nossas competências e conhecimentos acumulados ao longo dessa jornada.

18. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, iniciou falando que gostaria de expressar os agradecimentos, especialmente ao professor Ronald Chaves, por sua colaboração. Ressaltou que a sua equipe é pequena, porém dedicada, e está sempre buscando articular da melhor forma possível. Afirmou que, quanto mais feedback recebem, mais podem melhorar. Agradeceu também pela sua equipe em relação ao esforço que se tem feito, mesmo sendo reduzida.
19. Com a palavra, conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, iniciou falando que se está lidando com um cenário desafiador, especialmente no que diz respeito à educação ambiental. Recentemente, ele participou da comissão de educação ambiental, contribuindo para a elaboração do plano, e reconheceu os esforços da Secretaria de Meio Ambiente e de outras equipes ao longo do tempo para fazer a política de educação ambiental avançar no estado do Maranhão. No entanto, ele acredita que ainda há muito o que ser feito nos municípios. Ele participou recentemente do Fórum Brasil das Águas, em Foz do Iguaçu/PR, onde a pauta central foi a educação ambiental. Disse



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

que é evidente que não se consegue implementar uma gestão eficaz nos territórios, sejam eles urbanos, rurais, comunidades tradicionais ou bacias hidrográficas, sem investir fortemente na educação ambiental. Afirmou que, ela é a chave para preservar o que ainda nos resta do planeta. Disse que se sabe que o estado já deu passos importantes, e se reconhece isso. Afirmou, no entanto, que a maioria dos municípios ainda está muito aquém no que se refere à implementação das políticas de educação ambiental e de meio ambiente de maneira mais ampla. Disse que essa política precisa ser adaptada para territórios indígenas, comunidades tradicionais e diferentes modos de vida culturais, respeitando suas singularidades. Ressaltou que implementar a política de educação ambiental talvez seja o maior desafio que enfrentamos. Ele deixou claro que não tem críticas à equipe de apresentada, pelo contrário, ele sabe que estão se esforçando ao máximo, e reconheceu os enormes desafios que ainda têm pela frente. Disse que como o conselheiro Ronald Chaves, mencionou, não é possível realizar educação ambiental com uma equipe tão restrita, e embora não seja uma equipe limitada em termos de capacidade, o número reduzido de profissionais faz com que os desafios sejam ainda maiores, dada a diversidade e complexidade do Estado. Por fim, disse que o Maranhão é um estado único, com uma multiplicidade de realidades que tornam impossível aplicar um único modelo de educação ambiental para todos.

20. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, agradeceu pela fala, em seguida reforçou que a equipe ao qual faz parte é pequena, mas se pode observar com essa equipe se empenhou para conseguir uma boa quantidade de pessoas para o projeto, além de procurar instituições e se articular. Ela mencionou que a CIEA acabou de chegar de um evento chamado MONITORIAR onde se representou o Estado do Maranhão, visto que o plano nacional de mudanças climáticas ainda não incluía a educação ambiental de maneira satisfatória. Disse que nesse evento foi questionado se, atualmente, as medidas de adaptação estavam sendo desenvolvidas por outras instituições, em vez de pelas comunidades, que não estavam sendo ouvidas. Ela aduz que fez essa colocação pois foi observado que as percepções de risco não estavam sendo integradas de maneira suficiente para garantir a segurança das pessoas. Em seguida, destacou-se que, em casos de emergência, seria necessário permanecer atentos à criação da política local e refletir sobre como ela seria desenvolvida. Referiu-se à política climática, ao atendimento às questões climáticas e ao papel da educação ambiental, enfatizando que também precisaria ser estruturada adequadamente, devido à complexidade do tema. Mencionou a importância das escolas aprenderem a ser resilientes e de realizar o monitoramento em conjunto com a comunidade, com um destaque especial à necessidade



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

de se contar com um sistema de educação ambiental robusto, que fornecesse meios e recursos para transversar e gerir essa transversalidade, o que demandaria muito trabalho. Enfatizou que essa articulação envolvia várias instituições, e foi manifestado agradecimento pela paciência e pela escuta ativa de todos os presentes.

21. Com a palavra, conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA** iniciou fazendo uma saudação aos companheiros, mencionando que já fazia parte do CIEA, esclareceu que atuava como suplente nas ocasiões em que titular não podia participar, embora ele estivesse presente naquele momento. Informou também que, recentemente, foi submetido um projeto ambiental à SEMA, por meio do Comitê de Bacia do Mearim. Dentro desse projeto, havia ações voltadas à educação ambiental, considerando que esse era o único mecanismo verdadeiramente profícuo para garantir a sustentabilidade na recuperação e proteção ambiental. Ressaltou que as dificuldades eram conhecidas, pois, mesmo ao realizar ações na própria comunidade ou dentro de casa, como no exemplo de realizar coleta seletiva, enfrentavam-se obstáculos. Foi relatado que essa dificuldade havia sido experimentada dentro de sua própria residência, onde houve resistência inicial por parte da família. Reforçou que, embora o processo fosse trabalhoso, tudo passava pela educação. Ao final, foram oferecidos os parabéns.
22. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, iniciou expressando os parabéns pela apresentação, e não apenas pela exposição, mas também pelo trabalho efetivo que a equipe vinha realizando. Foi mencionado que, em conjunto com a SEMA, enquanto órgãos gestores, houve avanços significativos. Disse que apesar do pouco tempo de atuação à frente dessa missão, sendo um período de pouco mais de um ano na SEMA se pode notar mudanças benéficas, foi ressaltado que, ao chegar na instituição, a educação ambiental parecia estar esquecida e estagnada. Disse que foi feita a observação de que a educação ambiental não parecia ser uma preocupação, e havia a certeza, compartilhada também pelo Secretário Pedro Chagas, de que a educação ambiental era a forma mais eficaz para, de fato, preservar os recursos naturais e o meio ambiente, plantando sementes para o futuro. Disse que durante esse período de acompanhamento do trabalho que já vinha sendo realizado, constatou-se um avanço considerável, mas ainda insuficiente. Foi afirmado que seria necessário fazer muito mais. Quanto à participação dos comitês, reforçou a importância da colaboração de todas as instituições e órgãos, ressaltando que essa participação é essencial para o fortalecimento da política pública de educação ambiental, a qual é de extrema importância. Foi mencionado que havia uma necessidade de auxílio. Disse que a



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

educação ambiental, por ser um tema transversal, não deveria ser tratada apenas pelo órgão ambiental ou pelo órgão de educação, mas deveria estar presente em todos os órgãos, seguindo algumas diretrizes, sendo necessário fortalecer essa pauta. Mais uma vez, foram reiterados os parabéns pelo trabalho realizado, reconhecendo que não era uma tarefa fácil, dado o tamanho do estado, com mais de 200 municípios. Foi destacado o trabalho conjunto com a Secretaria de Educação na implementação da política de educação ambiental nos municípios, auxiliando-os na elaboração de seus planos. No entanto, foi reconhecida a dificuldade de agendar reuniões com os secretários municipais devido ao período eleitoral, pois os mesmos estavam envolvidos em carreatas e movimentos políticos. Além dessas dificuldades, foi mencionado que, até o mês de outubro, muitos municípios estariam praticamente parados, o que foi considerado um absurdo. Diante dessa realidade, foi ressaltada a necessidade de não apenas pensar nas políticas, mas também de executá-las, enfrentando as dificuldades que não deveriam existir. Por fim, foi reiterado que a equipe estava à disposição para atender às demandas, bastando que fossem solicitadas.

23. Com a palavra, conselheira **VIVIANE VAZZI PEDRO**, agradeceu pelo apoio da SEMA, conforme havia sido mencionado. Destacou que, nessa gestão, a questão se tornou uma prioridade, e grandes avanços foram feitos por meio do compartilhamento de informações e do apoio integral. Foi ressaltado o compromisso de compartilhar, organizar e estruturar o trabalho. Observou que o conselho desempenhava um papel importante ao ampliar as discussões, especialmente para os grupos nas pontas, nos municípios. Mais uma vez, expressou-se gratidão.
24. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, informou que a pauta havia sido invertida, e que, naquele momento, passaria a abordar os assuntos de interesse geral.
25. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, iniciou saudando a todos, disse que apresentaria alguns alertas importantes sobre temas estratégicos para o meio ambiente no Maranhão. Mencionou que o objetivo era tratar de três pontos fundamentais. O primeiro ponto consistia em informar o CONSEMA sobre uma carta-denúncia assinada por várias organizações da sociedade civil, totalizando 110 entidades, a respeito da situação do desmatamento no cerrado maranhense. Ele mencionou o desejo de ler a carta e entregá-la ao conselho. Disse que, embora já tivesse sido protocolada anteriormente, juntamente com uma solicitação de audiência com o secretário Pedro Chagas, quis trazer ao conselho dada importância de os conselheiros estarem cientes desse documento. Além da carta, foram trazidos dois informes como desdobramentos dela.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

O primeiro era sobre as autorizações de supressão vegetal e desmatamento na região, que vinham sendo acompanhadas de perto pelo CTI. A área em questão ficava entre as terras Kanela e o Parque Estadual do Mirador, ao norte do parque e ao sul das terras Kanela, abrangendo municípios como Fernando Falcão e Barra do Corda. Foi informado que o diagnóstico dessa área estava em andamento, com alguns dados já consolidados, que seriam apresentados no momento. Como outro desdobramento, foi abordada a revisão dos limites do Parque Estadual do Mirador, um tema que vinha gerando muita polêmica, e sobre o qual Márcia forneceria mais detalhes. Começou-se, então, pela carta-denúncia, que havia sido protocolada em vários órgãos governamentais no Maranhão e em Brasília no dia 11 de setembro, data que marcava o Dia do Cerrado. Disse que, esse manifesto foi elaborado propositalmente para ser apresentado nessa data significativa. Pediu-se, então, permissão para ler a carta aos presentes. Segue transcrição da leitura da carta: *“ Nós, organizações abaixo-assinadas, por meio da Coalizão Cerrado em Pé um conjunto de organizações da sociedade civil com atuação no estado do Maranhão, juntamente com outras organizações do Brasil - vimos por meio desta carta denunciar o avanço descontrolado do desmatamento no Cerrado maranhense. Ao mesmo tempo, exigimos a intervenção das autoridades públicas através da adoção de ações coordenadas que combatam o crime e as demais violações de direitos associadas ao "Pacote de Destruição" do Cerrado maranhense, que destroem a fauna e flora do bioma local, além de impactar nos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. Desse modo, reverter essa situação é urgente e necessário. Primeiramente, cabe pontuar que as iniciativas do Governo Federal em relação às áreas protegidas são reconhecidas como importantes e muito bem-vindas, porém ainda insuficientes frente a gravidade da situação, que impõe uma ação emergencial e estruturante, unindo esforços do Governo Federal, Estadual e órgãos do Ministério Público Federal e do Estado do Maranhão, sob pena de conivência com um cenário de destruição socioambiental que pode ser irreversível. Importante registrar que, mesmo com o novo governo e a retomada do PPCerrado, que apresentaram como meta, o desmatamento zero até 2030, o Cerrado, infelizmente, segue sob forte pressão com o desmatamento acelerado. No ano de 2023, de acordo com o Relatório Anual do Desmatamento 2023 do MapBiomas (<https://brasil.mapbiomas.org/2024/05/28/matopiba-passa-a-amazonia-e-assume-a-lideranca-do-desmatamento-no-brasil>), há o registro de um avanço sem precedentes de supressão vegetal, transformando Cerrado maranhense em uma "Zona de Sacrifício suscetível ao desmatamento em múltiplas frentes. Ainda de acordo com os dados do MapBiomas, mais da metade de todo o*



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

desmatamento registrado no Brasil no ano passado aconteceu no Cerrado, especialmente na região do MATOPIBA, que tem sido o epicentro do desmatamento nos últimos anos. Em 2023, o Maranhão foi o Estado que mais desmatou no Brasil, com mais de 331.000 hectares devastados pelo agronegócio. Além disso, o referido relatório também traz um cenário de desmatamento alarmante em áreas protegidas no Cerrado, onde em comparação dos anos 2023 e 2022, houve um aumento de 188% no desmatamento em territórios indígenas nesse bioma. E novamente o Maranhão, no ano de 2023, foi o estado com a Terra Indígena mais desmatada, Porquinhos dos Canela-Apanyekrá, que teve cerca de 2.750 hectares de vegetação perdidos. Nessa mesma região, o Parque Estadual do Mirador também teve os mais elevados índices de desmatamento de uma unidade de conservação estadual do Brasil. Justamente esse trecho entre a terra indígena e a unidade de conservação, vem sendo ocupado e destruído por fazendeiros vindos do Sul do país. Soma-se a esse cenário alterações legislativas que fomentam e ampliam a devastação do Cerrado maranhense e os conflitos socioambientais. Recentemente a lei de terras foi alterada para permitir a regularização fundiária de imóveis com áreas de até 2.500 há, sem critérios que comprovem a observância da legislação ambiental, favorecendo desmatadores e grileiros. Ainda na esfera legislativa, está em tramitação na Assembleia maranhense o Projeto de Lei nº 180, de 2024 que pretende alterar os limites do Parque Estadual do Mirador, única unidade de conservação estadual, localizada no Cerrado maranhense, sem apresentar qualquer critério técnico. Podemos afirmar que essa situação não é uma novidade, já que o desmatamento no bioma vem crescendo desde o início dos anos 70, com os primeiros "projetos de desenvolvimento voltados à integração nacional e a ocupação dos "vazios territoriais" propostos pela chamada "Revolução Verde", festejada na época pela ditadura militar e seus apoiadores. Mais de cinquenta anos depois, temos menos de 50% do bioma cerrado preservados. A ocupação do bioma pelos chamados "projetos de desenvolvimento", que não contemplam as demandas das comunidades tradicionais e povos indígenas, acabam justificando o modelo predatório de uso e ocupação dos territórios, via um processo sistemático e contínuo de expansão das fronteiras econômicas dirigida por grandes empreendimentos, ditando a regra e o ritmado avanço da degradação socioambiental, contribuindo também para a aceleração dos impactos das mudanças climáticas em nosso país. Assim, gostaríamos de frisar que nós da Coalizão Cerrado em Pé, consideramos inadmissível que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA, continue emitindo autorizações de supressão vegetal para os chamados "desmatamentos legais", sem que seja concedida a devida transparência aos



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

processos administrativos de concessão dessas autorizações. Essas informações, infelizmente, não estão disponíveis com facilidade para a sociedade civil e para acessá-las são necessários meses de insistência, muitas vezes somente com auxílio do Ministério Público. Entendemos que num Estado Democrático de Direito, o acesso às informações de caráter administrativo e ambiental são condições essenciais para viabilizar o controle social sobre as ações da SEMA, monitorar o desmatamento no estado e, em última instância, garantir o exercício pleno da democracia, respeitando legislações e convenções existentes, a exemplo da convenção 169 da OIT. Ademais, a SEMA não realiza nenhum tipo de avaliação sobre a vulnerabilidade das áreas serem desmatadas, se são consideradas áreas prioritárias para conservação ou mesmo sobre a sinergia de impactos da realização de desmatamentos em série. Não bastasse a perda da biodiversidade e o êxodo rural, o desmatamento afeta diretamente o acesso e disponibilidade de água em condições adequadas. O Cerrado como o berço das águas tem sofrido com o avanço acelerado do desmatamento, que afeta seriamente o regime hídrico na região, já que a "caixa d'água do país, está secando. Nesse contexto, temos ainda o uso criminoso do fogo, a grilagem das terras e muitas outras formas de violência relacionadas à regularização fundiária. No Cerrado maranhense são inúmeros os povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas que até hoje não tiveram seus territórios reconhecidos e regularizados. São esses povos e comunidades tradicionais que são invisibilizados, e vivem fazendo o enfrentamento a esse acelerado processo de destruição. Os correntões têm avançado sobre as florestas derrubando as espécies, aterrando as margens das nascentes. Além dos agrotóxicos que também têm sido usados para desmatar, adoecer as pessoas, poluir as águas, solo e animais. Segundo o mapeamento "Territórios Vitimados Diretamente por Agrotóxicos no Maranhão" <https://www.rederama.org/post/otualiza%C3%A7%C3%A3o-do-mapa-do-veneno-no-maranh%C3%A3o-janeiro-julno-2024>, somente de janeiro a julho de 2024, 190 comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos rurais em 32 municípios de nosso estado estão sofrendo sérias consequências devido a pulverização de agrotóxicos. A falta de fiscalização efetiva nas áreas protegidas e nas propriedades particulares, e a não regularização fundiária com obtenção e desapropriação de terras para famílias acampadas, demarcação das terras e territórios das comunidades tradicionais e povos indígenas, demonstram a urgência da ação dos governos e das instituições de justiça para proteger as vidas que lutam para manter o Cerrado em pé". Continuou afirmando o desejo de formalizar o posicionamento naquele momento. Explicou que a carta apresentada reiterava o papel das organizações que a assinaram. Falou que o objetivo dessas



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

organizações é apontar inconsistências e contradições nas ações do governo. Esclareceu que isso ocorre sem prejudicar a possibilidade de estabelecer relações de colaboração sempre que possível. Explanou que, naquele momento, havia colaboração com o governo do Maranhão na organização de um seminário envolvendo povos indígenas em São Luís. Indicou que a equipe estava enfrentando conflitos de agenda devido à necessidade de participar tanto do seminário quanto da videoconferência. Finalizou destacando que as organizações colaboram quando possível e denunciam quando necessário.

26. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou para apreciação do conselho o aceite da carta entregue pelo conselheiro Jaime. Por unanimidade todos os conselheiros aprovaram.
27. Com a palavra, conselheira **ANA CRISTINA FONTOURA**, iniciou solicitando que um conteúdo fosse exibido na tela e pediu licença para se levantar. Continuou parabenizando a SEMA pelo trabalho realizado em um parecer que foi encaminhado, relacionado ao Projeto de Lei (PL). Em seguida, explicou que o trabalho foi feito pela superintendência de biodiversidade, destacando a importância do Parque Estadual do Mirador. Afirmou que essa unidade de conservação foi criada devido à necessidade de preservar os recursos hídricos, especialmente em relação à bacia do Rio Itapecuru. Esclareceu que, sem as áreas de recarga do parque, o rio ficaria sem água. Falou sobre o projeto de lei, que sugere a retirada de áreas do parque, marcadas em vermelho, e a inclusão de outras, marcadas em laranja. Explicou que essa mudança resultaria em um prejuízo irreversível para o Rio Itapecuru, e em cinco anos, São Luís poderia ficar sem água. Reforçou que as áreas de recarga, essenciais para os rios Alpercatas e Itapecuru, seriam desmatadas, comprometendo o abastecimento hídrico. Explanou que a sugestão de alteração do parque partiu de um parlamentar da região de Barra do Corda, mas que a área proposta para inclusão no parque já estava desmatada e não influenciaria positivamente o Rio Itapecuru, pois as chuvas nessa região escoariam para o Rio Mearim. Afirmou que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, por meio da superintendência de biodiversidade, foi criteriosa em seus estudos e posicionou-se contra o projeto de lei. Destacou que houve uma audiência pública em Fernando Falcão, na qual técnicos da Sema, a sociedade civil organizada e o conselho gestor da unidade de conservação manifestaram-se contra o projeto. Ressaltou que o governo do Maranhão também não apoia a proposta de alteração no parque. Finalizou sugerindo que o Conselho Estadual de Meio Ambiente, manifeste-se formalmente sobre o tema, seja por meio de resolução, indicação ou recomendação, inclusive com uma moção de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

repúdio ao projeto de lei, a ser publicada no Diário Oficial. Agradeceu a oportunidade e elogiou o trabalho do Secretário e da Secretaria Executiva.

28. Com a palavra, participante **MARCIA CRISTINA E. DE ALMEIDA**, iniciou agradecendo a Ana Cristina pela apresentação anterior e explicou que já foi introduzido o que gostaria de abordar. Identificou-se como assessora da Instituto Sociedade, População e Natureza- ISPN, representando o conselheiro Victor Hugo. Cumprimentou a todos e reforçou que a recomendação feita alinha-se com o que Jaime Siqueira e Ana Cristina já haviam pontuado. Enfatizou a importância de o Conselho Estadual de Meio Ambiente solicitar à Assembleia Legislativa que encaminhe o Projeto de Lei 280/2024 para uma recomendação do conselho. Sugeriu ainda a moção de repúdio à proposta. Destacou que é fundamental o conselho se manifestar sobre a mudança na poligonal do Parque Estadual do Mirador, já que essa alteração impactaria diretamente o parque. Ressaltou que o projeto, ao ser baixado da Assembleia, traz apenas coordenadas geográficas, o que dificulta a compreensão para quem não possui um sistema de georreferenciamento. Ressaltou, no entanto, os estudos técnicos da Sema já mostram claramente as implicações dessas alterações. Explicou que, embora o projeto pareça aumentar a área do parque em 2 hectares, ele propõe mudanças que, na prática, fragilizam a unidade de conservação. A área a ser alterada inclui terras indígenas, como as dos povos Canela e Porquinhos, o que poderia agravar os conflitos fundiários na região, que já são históricos. Disse que, a alteração traria consequências ambientais, como o risco de esgotamento das bacias hidrográficas do Itapecuru e Alpercatas, para as quais o parque foi criado para proteger, além de aumentar os conflitos sociais. Reforçou que o projeto de lei não tem o respaldo do órgão gestor do parque nem dos conselheiros que estão envolvidos na elaboração do plano de manejo há mais de um ano e meio, com o acompanhamento da Sema. Disse que os conselheiros envolvidos também se manifestaram contra o projeto em audiência pública em Fernando Falcão/MA. Por fim, reiterou a importância de o Conselho Estadual de Meio Ambiente se manifestar contra o projeto de lei, ressaltando que ele fragiliza a maior unidade de conservação de proteção integral do Maranhão e potencializa os conflitos na região. Fez a recomendação para que o conselho solicite à Assembleia um parecer e faça uma moção de repúdio ao projeto, uma vez que ele não faz sentido do ponto de vista técnico-ambiental.
29. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, iniciou dizendo que a SEMA emitiu um parecer técnico sólido, fruto das discussões no conselho do Parque Estadual do Mirador, em que diversos conselheiros, incluindo os do CTI, manifestaram-se contrários à proposta



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

legislativa que altera a poligonal do parque. Disse que a audiência pública realizada em Fernando Falcão/MA, foi um erro, pois lá era um local inadequado para o debate, que contou majoritariamente com a presença de grandes fazendeiros, disse que a presença dos conselheiros foi inesperada para eles. Afirmou que a proposta de ampliação do parque em direção ao norte sobrepõe-se a uma área que está em processo de regularização fundiária há mais de 20 anos, envolvendo terras indígenas. Essa situação, que deveria criar um grande bloco de cerrado protegido, foi interrompida pelo avanço de grandes fazendas, levando à destruição acelerada do bioma. Relembrou os dados do MapBiomas que indicam que o parque e as terras indígenas da região estão entre as áreas protegidas mais impactadas do Brasil. Ressaltou que há uma preocupação crescente com a transparência da SEMA, especialmente no que tange às licenças de supressão vegetal. Foi constatada a falta de uniformidade nas autorizações e a prática de fracionamento de licenças para burlar procedimentos mais rigorosos de licenciamento ambiental. A emissão dessas autorizações sem a devida análise tem contribuído para a destruição do cerrado, e até supressão em áreas de reserva legal foi identificada, o que é ilegal. Disse que, esse contexto de ilegalidade, tanto no desmatamento quanto na emissão das licenças, revela um cenário preocupante entre fazendeiros e a SEMA. As denúncias estão sendo consolidadas e serão formalizadas em breve, destacando a gravidade da situação, especialmente na região entre as terras indígenas Canela e Porquinhos e o Parque Estadual do Mirador, que atualmente se encontra sem controle adequado.

30. Com a palavra, participante **ANA CRISTINA FONTOURA**, disse que uma alternativa mais eficiente seria a destinação de emendas parlamentares para fortalecer a estrutura e o funcionamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em vez de propor um projeto de lei inadequado como o discutido. Isso ajudaria a melhorar os recursos e a capacidade operacional da SEMA, trazendo um impacto mais positivo para a gestão ambiental no Estado.
31. Com a palavra, conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, iniciou dizendo que ficou profundamente impactado com as observações feitas. Ele ressalta que já tinha conhecimento de algumas questões, especialmente relacionadas à situação do Parque do Mirador, e essa tentativa de prejudicar o meio ambiente é alarmante. Disse que pelo que ele entendeu, a proposta sugere uma redução significativa da área do parque, que hoje é de aproximadamente 770.000 hectares, sendo reduzida em cerca de 200.000 hectares. Disse que é lamentável que no Maranhão, esteja se enfrentando esse tipo de situação. Relembrou que o Estado já vem sofrendo com o problema de grilagem e se está agora assistindo à degradação de áreas que deveriam ser preservadas. Ressaltou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

que como agrônomo, acompanhou essas questões há muitos anos, e pode afirmar que o estado, que deveria ser um modelo de mudança na área ambiental, está se tornando um dos maiores desmatadores do país. Por isso, ressaltou que se precisa reavaliar urgentemente os procedimentos na Secretaria de Meio Ambiente, pois parece que se está simplesmente permitindo que o desmatamento ocorra sem controle. Continuou falando que, a situação é tão grave que, em comparação, parece que o atual secretário de Meio Ambiente está agindo como o ex-ministro Ricardo Salles, quando, na verdade, seu nome é Pedro Chagas. Ao fim, agradeceu pelas ações que estão sendo tomadas e afirmou que o Comitê de Bacia do Mearim, em Grajaú, está à disposição para somar esforços. Sugeriu, ainda, que esse documento seja transformado em áudio e amplamente divulgado.

32. Com a palavra, conselheiro **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE**, iniciou realizando uma parabenização ao companheiro Jaime e a todos os envolvidos, com destaque pela divulgação e pela carta apresentada, assinada por mais de 100 entidades, posicionando-se contra o impacto ambiental que afeta o Cerrado. Lembrou que o CBH Pindaré também foi mencionado como signatária da carta, ressaltando a importância da união nessa causa. Continuou dizendo que em relação ao mapa apresentado, já se tinha conhecimento do mesmo, onde o mesmo viu durante o seminário da Romaria da Terra e das Águas, foram exibidas imagens de satélite do Parque do Mirador, nas quais era possível identificar placas de venda de lotes dentro da área do parque. Ele destacou tal fato como uma grave omissão de fiscalização por parte do Estado. Falou também sobre o recorte feito no mapa já havia sido observado anteriormente, sendo necessário examinar o projeto para compreender a justificativa do deputado Eric, ex-prefeito de Barra do Corda, ao propor a alteração no território do Parque do Mirador. Levantou a dúvida sobre os interesses por trás da proposta, sugerindo que o agronegócio possa estar envolvido. Além disso, houve uma menção de que terras pertencentes a familiares do governador podem fazer limite com o parque, o que torna a situação ainda mais preocupante. Sugeriu que o CONSEMA tome as medidas legais cabíveis, dado o possível impacto nos rios Itapecuru e Mearim. Recomendou-se que o assunto seja levado também ao conhecimento do CONERH para um posicionamento oficial. Por fim, foi solicitado o esclarecimento sobre o posicionamento da Assembleia Legislativa, que estaria representada na audiência por meio da Comissão de Meio Ambiente.
33. Com a palavra, participante **MARCIA CRISTINA E. DE ALMEIDA**, demonstrou concordância com o posicionamento do companheiro Nonato sobre o encaminhamento da questão ao Conselho



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

de Recursos Hídricos, destacando-se a importância dessa medida. Ressaltou que, conforme mencionado pela companheira Ana Cristina, o projeto impactará gravemente as bacias hidrográficas e o Parque Estadual do Mirador. Este parque foi criado para proteger as bacias dos rios Itapecuru e Alpercatas, e é inegável que, caso o projeto seja aprovado, essas bacias estarão seriamente comprometidas, com risco iminente de secarem. Continuou fazendo uma correção em relação à fala anterior, esclarecendo que o decreto que criou o parque em 1980 delimitava uma área de cerca de 700.000 hectares. No entanto, uma lei de 2009 ajustou essa área para aproximadamente 500.000 hectares, e essa é a área atualmente considerada pelos conselheiros para a elaboração do plano de manejo do parque. Disse que, embora o projeto de lei proposto sugerisse um aumento de 2.000 hectares, ele desconsidera a lei de 2009, trocando a poligonal e alterando a área sem efetivamente aumentar a proteção ambiental. Portanto, o aumento proposto não traz benefício real para a preservação, pois modifica a configuração da área protegida. Reforçou-se, mais uma vez, a importância de o Conselho Estadual de Meio Ambiente se manifestar e de encaminhar a questão também para o Conselho de Recursos Hídricos para que tomem as medidas cabíveis.

34. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, iniciou explanando sobre as autorizações de supressão e licenças em áreas indígenas, destacando que a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) é contrária a qualquer ilegalidade e atua conforme a lei. Foi mencionado que, caso haja irregularidades, elas devem ser revistas. Continuou informando que denúncias feitas pelo conselheiro Jaime foram recebidas e serão encaminhadas para apuração, a fim de verificar se houve algum procedimento incorreto em relação ao processo simplificado. Apesar da convicção de que não houve erros, é necessário investigar as alegações. Em sequência agradeceu a preocupação com as denúncias relacionadas aos agrotóxicos, enfatizando a dificuldade de fiscalização, especialmente nas pulverizações aéreas. Relatou que, na função de responsável pelo licenciamento ambiental, até o momento, apenas um processo de licenciamento para pulverização aérea foi visto, sugerindo que a maioria dos casos pode estar regular. No entanto, ressaltou que a fiscalização é complicada, pois não se sabe de onde vêm e para onde vão as aeronaves. Explicou que uma parceria está sendo estabelecida com os municípios para capacitá-los a lidar com essas infrações, que são de natureza local. A fiscalização, apesar de difícil, é responsabilidade do município. Contudo, há dificuldades em punir os responsáveis, pois, quando a fiscalização chega ao local, os infratores muitas vezes já desapareceram. Disse que, quando casos são identificados, prontamente são tomadas as medidas cabíveis, como autos de infração e o embargo de aeronaves.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Foi destacado que, no caso das denúncias mencionadas, se houver informações sobre o empreendedor ou a propriedade, será realizada a vistoria e a fiscalização necessárias. Reafirmou a postura contrária da Secretaria em relação a infrações desse tipo e, além disso, manifestou-se oposição ao projeto de lei discutido anteriormente, que também foi rejeitado publicamente pelo secretário. Disse que a posição da Secretaria é clara, ela é contrária ao projeto, firmou o compromisso de publicizar essa postura oficialmente. Ressaltou também que essa demanda será pauta no CONERH e que o conselho é essencial no combate a esse projeto. Por fim, concluiu-se que, em conjunto com o Conselho, busca-se somar forças para enfrentar esse tipo de problema e agir de forma contundente.

35. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou para votação em plenário a confecção de uma moção de repúdio contra o projeto de lei debatido. Aprovado pelos conselheiros por unanimidade. Sugeriu-se em sequência que, em relação à minuta, caso o conselheiro Jaime concorde, que ele, juntamente com o Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, que fez a denúncia e expôs o assunto, elaborem a minuta com o texto completo e apresentem ao conselho para aprovação. Caso haja concordância, o processo pode seguir dessa forma. Após a concordância dos conselheiros, seguiu falando que após o envio da minuta a mesma será posta para aprovação no grupo do WhatsApp do conselho.
36. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, complementou sua fala mencionando que, em relação à transparência, recentemente foi retomado o funcionamento do site da SEMA que estava fora do ar. Esse site contém diversas informações de interesse público, como dados sobre licenças, empreendedores, atividades e infrações, que costumam ser solicitadas com frequência e que antes demoravam para ser disponibilizadas. Explicou que o sistema foi reativado após superar dificuldades relacionadas à informática, como o acesso ao código-fonte, que não estava mais disponível. O site foi recriado do zero, e, embora ainda esteja em processo de modernização e alguns pontos não estejam completamente funcionais, as principais funcionalidades já estão operacionais e há diversos documentos que podem ser consultados. O sistema foi descrito como intuitivo e de fácil acesso para consulta de licenças e suas respectivas datas de emissão, estando em evolução contínua desde sua reativação.
37. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, lembrou que, ao receber a denúncia no grupo, houve uma conversa com o secretário sobre o assunto. Ela mencionou que o



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

secretário informou que estão trabalhando para que as informações sejam disponibilizadas no site em tempo real, e acredita-se que se refira ao mesmo site mencionado anteriormente.

38. Com a palavra, participante **MARCIA CRISTINA E. DE ALMEIDA**, questionou quanto a questão da moção de repúdio, se o processo será a aprovação da mesma no grupo do conselho, e em sequência o encaminhamento para a Assembleia Legislativa em regime de urgência.
39. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, esclareceu que, após a aprovação dos conselheiros no grupo, será feita a publicação no Diário Oficial e em seguida será encaminhado via ofício para a Assembleia Legislativa.
40. Com a palavra, participante **MARCIA CRISTINA E. DE ALMEIDA**, questionou em seguida se será dado um prazo para a apresentação da minuta.
41. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, iniciou dizendo que, já que a reunião ocorreu quinta-feira dia 19 de setembro, o prazo dado se estenderia até a próxima quinta-feira dia 27 de setembro. Todos os presentes concordaram com o prazo.
42. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, sugeriu uma ação complementar à moção já mencionada, com o intuito de articular o governo estadual para que sua base parlamentar na Assembleia Legislativa atue diretamente contra o projeto de lei em questão. Explicou que, além da moção, seria importante realizar uma ação mais estratégica, como um trabalho corpo a corpo na Assembleia, acionando a base aliada do governo, que também é contra a proposta. Acredita-se que isso daria mais força para combater o projeto, pois apenas o envio de documentos pode não ser suficiente. Adicionalmente, foi solicitado apoio para agendar uma audiência com o secretário, a fim de discutir a carta já protocolada anteriormente e entregue no dia da reunião. O objetivo é garantir que representantes do coletivo "Coalizão Cerrado em Pé" possam ser recebidos para tratar desse tema.
43. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, solicitou que o conselheiro enviasse uma mensagem para ela, que em sequência ela irá marcar a reunião e passar todos os informes diretamente para ele.
44. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, iniciou afirmando que quanto mais estratégias e ferramentas forem utilizadas para demonstrar o posicionamento, melhor será. No entanto, enquanto conselho, destacou-se a necessidade de primeiro realizar as ações que já estão sob sua responsabilidade. Em relação à reunião mencionada, ficou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

acordado que bastaria enviar uma mensagem para a Secretaria Executiva para que o agendamento fosse realizado.

45. Com a palavra, conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA**, iniciou sua explanação lembrando que o deputado responsável pelo projeto de lei que sofrerá a moção de repúdio é o mesmo autor da PL sobre agrotóxicos no Estado do Maranhão, conhecida como a "PL do libera veneno", que trata da pulverização aérea, além de estar envolvido em discussões sobre o Parque do Mirador. A prática recorrente desse deputado foi ressaltada. Adicionalmente, foi mencionada a carta-denúncia lançada pela "Coalizão Cerrado", da qual a entidade representada pelo conselheiro também faz parte, assim como o Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba, que reúne várias organizações e representa 21 municípios dentro do mapa da Diocese de Brejo. Esse fórum elaborou uma carta informativa abordando a situação do cerrado, o desmatamento e os conflitos agrários na região do Baixo Parnaíba. Disse que a carta já foi compartilhada no grupo do conselho para leitura e apreciação. Informou também que, no dia seguinte a reunião, iria ocorrer uma audiência pública na Universidade Federal do Maranhão, organizada pelo Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba, para discutir essas questões com o governo estadual. A SEMA foi convidada a participar desse evento, que tratará de temas como conflitos agrários, questões ambientais e a crescente violência na região, principalmente contra mulheres. A audiência estava marcada para as 14h, no auditório da UFMA.
46. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, iniciou sua fala fazendo um questionamento para a SEMA a respeito das ações em andamento para participação na conferência nacional de meio ambiente. Continuou ressaltando que o tema já foi abordado em reuniões anteriores e expressou curiosidade sobre as mobilizações em curso para essa participação. Concluiu destacando a importância da conferência.
47. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, explicou que o planejamento para o evento já está em andamento, mencionando a organização da conferência estadual de meio ambiente, que não acontece há mais de 10 anos. Continuou informando que o movimento de retomada da organização desses eventos está em curso, com a conferência estadual prevista para o próximo ano, possivelmente em março, e as conferências municipais devendo iniciar em novembro, após as eleições. Sugeriu e convidou a participação na organização, mencionando que a SEMA está se empenhando nesse processo. Ressaltou que a secretaria já formou uma comissão de organização, responsável por questões como local, estrutura e apoio, e estendeu o



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

convite ao conselho para integrar essa comissão. Finalizou propondo a indicação de dois nomes para compor o grupo de trabalho, colocando a sugestão para votação de quem seriam os indicados.

48. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, iniciou perguntando quem seriam as instituições que se interessaram, deu prosseguimento expondo os voluntários do seguimento empresarial houve a manifestação do SINDICATO DE PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO MARANHÃO E DO PARÁ- SINDICANALCOOL, do seguimento da sociedade civil houve as manifestações do CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS E CIDADANIA; SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA A MORADIA DIGNA e FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO NORTE – FAPCEN.
49. Com a palavra, participante **ANA CRISTINA FONTOURA**, sugeriu que as reuniões, previstas para acontecer em São Luís, incluam participantes da sociedade civil que estejam mais próximos da capital, com o objetivo de evitar questões relacionadas ao deslocamento. Explicou que, considerando a importância e a magnitude do evento, essas reuniões tendem a ser recorrentes, reforçando a necessidade de otimizar a participação.
50. Com a palavra, conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, concordou com a sugestão anterior, destacando a preocupação com a participação dos membros de comitês, apontando os desafios enfrentados, especialmente por instituições que não possuem renda própria. Explicou que, apesar de representar uma instituição de baixa renda, possui condições de locomoção para participar, mas reiterou que a colaboração está aberta para quem puder contribuir de forma efetiva. Finalizou alertando que é importante não apenas colocar nomes para integrar o grupo, mas também garantir a participação ativa e contribuição real.
51. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, ressaltou a importância da participação ativa, mencionando que há recorrentes dificuldades de quórum nas câmaras técnicas, onde reuniões são agendadas, mas muitos não comparecem. Reforçou o pedido para que aqueles que se dispuserem a participar o façam de maneira comprometida. Concluiu informando que os nomes indicados para o grupo de trabalho são os conselheiros Francisco das Chagas e Samaycon.
52. Com a palavra, conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, retirou sua manifestação de interesse, deixou para os colegas conselheiros a vaga.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

53. Com a palavra, conselheiro **SAMAYCON GONÇALVES DA SILVA**, retirou sua manifestação e interesse e cedeu a vaga para o conselheiro Francisco das Chagas, representante do CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS E CIDADANIA.
54. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, confirmou que as instituições SINDICANALCOOL e CENTRO DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS E CIDADANIA serão as duas integrantes da comissão de planejando conferência estadual de meio ambiente. Em seguida, explicou que a Secretaria Executiva tem um assunto importante a tratar, relacionado às datas das próximas reuniões, devido à aproximação do período eleitoral e do final do ano, que são momentos mais conturbados com recessos e eventos. Sugeriu que as datas das próximas reuniões sejam definidas antecipadamente, mencionando que a reunião atual estava originalmente marcada para agosto, mas foi adiada para setembro por questões de tempo. A próxima reunião está prevista para outubro e a de encerramento do ano, para dezembro. Indicou como sugestão para a reunião de outubro as datas de 18 ou 25, ambas sextas-feiras.
55. Com a palavra, conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, sugeriu a escolha da data de 25 de outubro, mencionando que há muitos eventos complementares às pautas do grupo ocorrendo nesse período anterior. Explicou que, haverá uma grande quantidade de compromissos nos dias 16, 17, 18 e 19 de outubro, por isso, ele acredita que o dia 25 poderia ser mais conveniente, sugerindo essa data. Finalizou pedindo aos presentes que avaliassem a sugestão da data de 25 de outubro como uma alternativa.
56. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou para votação qual data seria a escolhida, em sequência confirmou que a maioria já está de acordo com a próxima reunião sendo marcada para o dia 18 de outubro. Em seguida, apresentou as opções para a reunião de encerramento do ano que irá ocorrer em dezembro, sugerindo as datas de 5 ou 12 de dezembro, ambas caindo em quintas-feiras. Após a votação, concluiu com a preferência inicial pela data de 5 de dezembro. Finalizou reforçando que as próximas reuniões do conselho serão dia 18 de outubro e dia 05 de dezembro.
57. Com a palavra, conselheiro **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE**, iniciou sua fala relatando a situação local, mencionando a supressão de vegetação e a construção de um imóvel em uma área próxima a uma ponte sobre o igarapé. Explicou que há uma fiação passando ao lado da ponte e uma balsa utilizada na captação de água para abastecimento da zona urbana, realizada pelo SAAE. Falou que uma solicitação foi feita ao município, especificamente à Superintendência de



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Agricultura e Meio Ambiente, porém não houve providências, mesmo com o impacto negativo causado pela remoção da vegetação. Ressaltou que essa ação comprometeria ainda mais a captação de água, já prejudicada. Mostrou imagens de uma construção já existente e enfatizou que o município ainda não está habilitado junto às autoridades ambientais. Explanou que, após recorrer ao Ministério Público diversas vezes, nenhuma resposta foi obtida. Mencionou que o avanço da construção de uma residência na área foi questionado junto ao engenheiro ambiental do município, o qual afirmou que essa questão seria de responsabilidade do Estado, já que a área está dentro de uma zona de proteção ambiental. Comentou sobre a necessidade de providências buscadas pelo Comitê de Bacia, já que o rio em questão abastece outros lagos e rios, impactando uma vasta área. Reforçou o pedido para que a Secretaria de Meio Ambiente do estado, junto ao Batalhão Ambiental, intervenha e verifique as ações do município. Acrescentou que a área já apresenta várias construções, incluindo propriedades ligadas a pessoas influentes, como o prefeito municipal. Explicou que o objetivo é parar a expansão desordenada dessas construções e aplicar as penalidades cabíveis. Reforçou que as construções estão em áreas particulares, mas ainda assim interferem diretamente na preservação ambiental. Reiterou o pedido para que a Secretaria e as autoridades competentes investiguem e tomem providências, pois o avanço das construções é significativo e pode causar danos irreversíveis à vegetação e ao ecossistema local. Continuou destacando a importância de uma resposta imediata das autoridades ambientais e enfatizou a necessidade de uma ação coordenada, mencionando que o conselho estadual de meio ambiente deveria tratar dessa questão com urgência, mesmo que de forma preliminar e verbal. Falou sobre a carência de pessoal nos órgãos fiscalizadores, o que dificulta a supervisão e a prevenção de crimes ambientais. Ao fim, falou sobre a preocupação levantada por Jaime em relação à conferência, destacando que essa questão já foi tratada em uma reunião em Aracaju. Explicou que o período eleitoral traz dificuldades para a realização da conferência, conforme mencionado anteriormente. Explanou que, além do período eleitoral, há também a questão do orçamento, que fecha no final do ano e só será aberto novamente em março, o que certamente trará desafios adicionais. Comentou que alguns estados do Norte estão pedindo o adiamento das conferências, tanto de meio ambiente quanto das cidades, devido à antecipação das férias escolares em função da seca que afeta a região. Ressaltou que, embora essa seja uma preocupação no Norte, o foco de atenção no Nordeste deve ser o período eleitoral, pois muitos prefeitos que não se reelegerão ou que estarão em processo eleitoral podem



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

alegar falta de recursos. Mencionou ainda a preocupação com o orçamento estadual, que pode afetar a viabilidade da conferência estadual prevista para março. Por fim, agradeceu a atenção.

58. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, perguntou se as imagens mostradas anteriormente em Barra do Corda são as mesmas mencionadas agora, e se houve formalização das denúncias junto à SEMA ou se as imagens foram apenas apresentadas naquela ocasião.
59. Com a palavra, conselheiro **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE**, explicou que, até o momento, as denúncias não foram oficializadas. Mencionou que, na época em que as imagens foram mostradas, a construção ainda não havia iniciado. No entanto, informou que agora já existe uma construção de tijolos no local.
60. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, comentou que, se uma construção é permitida sem fiscalização, outros também se sentirão encorajados a fazer o mesmo. Explicou que a competência para fiscalizar não é exclusiva de um ente, afirmando que a fiscalização pode ser feita tanto pela União quanto pelo município, independentemente de haver um termo de cooperação. Todos têm a capacidade de realizar a fiscalização e intervir na situação.
61. Com a palavra, conselheiro **RAIMUNDO NONATO MORAES ANDRADE**, questionou se estava sabendo da situação do lixão em Viana, mencionando que o local está interditado e que há um conflito envolvendo a comunidade Akroá Gamella. Continuou relatando que Viana está se tornando um "tabuleiro de lixões", pois em apenas 25 anos já está prestes a instalar o quarto lixão em seu território. Ressaltou a gravidade da situação e mencionou que tem buscado o apoio do Ministério Público, mas lamentou que todas as solicitações de averiguação têm sido arquivadas. Criticou a omissão do Ministério Público, que, segundo ele, tem fechado os olhos para o problema.
62. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, sugeriu que as imagens e as informações sobre o caso sejam enviadas, juntamente com a localização e o máximo de detalhes possíveis, para o contato da Secretaria Executiva, preferencialmente por e-mail, para que se possa formalizar o processo internamente na SEMA. Além disso, recomendou que o conselheiro leve essas informações também à delegacia local, pois se trata de um crime ambiental, destacando que a delegacia tem o dever de investigar e, no mínimo, notificar a situação.
63. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que o e-mail para envio é consema.ma@sema.ma.gov.br. Continuou ao retomar a pauta, pontuou que ainda restavam dois itens a serem discutidos. O próximo item é um produto da Câmara Técnica, um manual para a



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

criação de unidades de conservação municipal. Explicou que o material está sendo elaborado pelas Câmaras Técnicas de Educação Ambiental e de Biodiversidade do Conselho, sob a responsabilidade das conselheiras Rafaela e Eliana. Afirmou que o roteiro está quase finalizado, faltando apenas alguns ajustes e a inclusão de gráficos e imagens para aprimorar a apresentação antes de ser entregue aos demais membros.

64. Com a palavra, conselheira **MARIA ELIANA ALVES LIMA**, explicou que o documento está sendo elaborado de maneira didática, buscando atrair a leitura do público. Ressaltou que o objetivo é evitar um formato com texto corrido, optando por um visual mais atrativo, com links para sites onde os arquivos completos podem ser baixados. O documento está sendo ilustrado e, embora resumido, terá conteúdo suficiente para ampla divulgação. A intenção é que os municípios possam utilizá-lo e disseminá-lo em suas comunidades. Informou que o material deverá estar pronto em poucos dias.
65. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, disse que acreditando que na próxima reunião será possível apresentar o resultado. Explicou que se tratava daquilo que foi previamente discutido sobre como seria o manual. Falou que a Câmara havia discutido a ideia de não criar um manual simples, como um folder, nem um manual extenso como um livro, visto que isso dificulta a leitura e o interesse em ler. Explanou que, por isso, a Câmara optou por um meio-termo, elaborando um roteiro. Seguiu mencionando que o roteiro faria toda a contextualização, explicando o que é cada tipo e como os benefícios podem ser gerados para o município. Concluiu reiterando a expectativa de que o produto da Câmara será apresentado na próxima reunião, conforme o próximo ponto da pauta. Explicou que o próximo ponto da pauta seria sobre a lei que institui a política tributária ecológica do estado.
66. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, explicou que, em relação ao próximo ponto, será retirado de pauta, pois o secretário deseja apresentá-lo pessoalmente. Continuou esclarecendo que o secretário pediu para que o assunto fosse retirado da pauta para que pudesse ser apresentado no CONSEMA. Explanou que o tema envolve a lei e suas consequências, além dos benefícios que ela trará e as necessidades para sua implementação. Finalizou informando que o assunto entrará em pauta na próxima reunião.
67. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, explicou que o secretário iria apresentar o tema na reunião, conforme já havia sido confirmado, porém, como os presentes já sabem, ontem ocorreu o lançamento do PPCDQE, e o secretário foi chamado para Brasília.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

68. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, explicou que o secretário foi convocado para Brasília para tratar desse assunto, especificamente sobre as queimadas, no gabinete do ministro Flávio Dino.
69. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que já foi solicitado uma cópia do plano para cada conselheiro. Continuou mencionando que o formato digital já foi encaminhado a todos e, para quem quiser acesso à versão física, basta solicitar à Secretaria Executiva. Explicou que já havia feito um pedido para mais cópias e que estas seriam providenciadas pela presidência, para que pudessem ser entregues aos conselheiros. Concluiu informando que estava pedindo à equipe que providenciasse mais exemplares para que pudessem ser sorteados entre os conselheiros, permitindo que quem quisesse já pudesse ter acesso à leitura. Finalizou encerrando a pauta.
70. Com a palavra, conselheiro **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR**, questionou se a tributação ecológica mencionada é similar ao ICMS Ecológico, que já existe em outros Estados.
71. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, confirmou que se trata da mesma coisa, referindo-se ao ICMS Ecológico. Continuou explicando que uma lei foi criada, já promulgada, mas ainda falta a regulamentação. Mencionou que a lei foi promulgada no final do ano passado, em 21 de novembro de 2023, e que este tema havia sido solicitado pelos participantes no seminário. Informou que todos os pontos da pauta foram concluídos, com alguns itens adiados para a próxima reunião. Continuou avaliando a reunião como muito produtiva, mencionando que foram abordados temas importantes, tanto os que estavam na pauta quanto outros trazidos como extra pauta, considerados ainda mais relevantes. Explicou que algumas proposições foram discutidas e serão formalizadas, com os devidos encaminhamentos a serem feitos. Agradeceu a participação de todos, destacando as contribuições dos conselheiros e convidados. Concluiu agradecendo novamente a presença de todos e encerrou a reunião.

Eu, Maria Antonia Oliveira Chaves, copieei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 19 de setembro de 2024.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO

Vice-Presidente do CONSEMA

LENNISE MARIA PASSOS PORTELA

Secretária Executiva do CONSEMA



Documento assinado eletronicamente em 22/10/2024, às 16:11.
Assinado por: LENNISE MARIA PASSOS PORTELA - Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS
Código Verificador: 05160333, Código CRC: HHIHV5DG
Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 22/10/2024, às 16:20.
Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO
Código Verificador: 05160333, Código CRC: HHIHV5DG
Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.